

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 22 de fevereiro de 2022 - Ata n.º 9.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, **em ambiente misto, utilizando-se do Sistema de Deliberação Misto, instituído pela Resolução n.º 19, de 15/12/2020**, com discussão e votação mista em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2, foi registrada a presença dos seguintes Parlamentares: *Adelino Ribeiro (PATRI), Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Amaro (Republicanos), Alexandre Curi (PSB), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSB), Bazana (PV), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (PSC), Coronel Lee (PSL), Cristina Silvestri (CDN), Delegado Fernando Martins (PSL), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (DEM), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Francisco Bührer (PSD), Galo (PODE), Gilberto Ribeiro (PP), Gilson de Souza (PSC), Goura (PDT), Gugu Bueno (PL), Guto Silva (PSD), Homero Marchese (PROS), Jonas Guimarães (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Luiz Fernando Guerra (PSL), Mabel Canto (PSC), Marcio Pacheco (PDT), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (PSD), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (MDB), Reichembach (PSC), Requião Filho (MDB), Rodrigo Estacho (PV), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT) e Tercílio Turini (CDN) (45 Parlamentares).*] O Senhor Presidente **Ademar Traiano**, secretariado pelos Senhores Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), à hora regimental, “*sob a proteção de Deus*”, iniciou os trabalhos da **9.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): “Sob a proteção de Deus”, iniciamos os nossos trabalhos. Conforme art. 122 do Regimento Interno, a leitura da Ata está dispensada. Em cumprimento à Lei Federal Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 9.º, §4.º, **declaro aberta a Audiência Pública de Prestação de Contas do terceiro quadrimestre de 2021 da Secretaria de Estado da Fazenda.** Registro a presença aqui na Casa neste momento do nosso Secretário da Fazenda, Doutor Renê de Oliveira Garcia Junior; da Sr.^a Márcia Cristina Rebonato do Vale, Diretora-Geral; da Sr.^a Cristiane Berriel Lima da Silveira, Diretora de Contabilidade Geral; da Sr.^a Priscila Aguiar Mânicia, Chefe de Gabinete; do Sr. Pedro Brunelli Junior, Diretor-Adjunto do Tesouro Estadual; do Sr. Pedro Rafael Fernandes Lobato, Diretor de Orçamento Estadual; da Sr.^a Luiza Regina Mazzer, Assessora Técnica; do Sr. Tomas Lucas Santos Leal, Assessor Econômico; do Sr. Luiz Geraldo Maza, Assessor de Imprensa; da Sr.^a Ana Beatriz Prado, Secretária da Comissão de Orçamento da Assembleia do Estado; e do Sr. Rodrigo Sticka, Diretor Financeiro da Comec. Sejam todos bem-vindos a esta Sessão que vai acontecer da seguinte forma: o Ex.^{mo} Sr. Secretário terá 30 minutos para a apresentação, mais 15 de prorrogação, só podendo ser aparteado durante a prorrogação de 15 minutos. Já, de pronto, informo aos Sr.^s Deputados que queiram fazer perguntas que podem fazer a sua inscrição aqui na Mesa Diretora da Assembleia ou no *chat*. O Deputado terá cinco minutos para formular aparte, o Secretário da Fazenda terá também cinco minutos para responder e fazer suas considerações. A réplica e a tréplica têm três minutos improrrogáveis. Portanto, neste momento, concedo a palavra ao Ex.^{mo} Sr. Secretário da Fazenda, Doutor Renê, por 30 minutos, prorrogáveis por mais 15 se necessário for.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Antes de mais nada, gostaria de agradecer mais uma vez estar aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na figura do Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano; o Sr. Secretário, Luiz Claudio Romanelli; o nosso Líder, Gugu Bueno; e os demais presentes, queria dar a minha saudação a todos. Primeiro ponto da apresentação, o que vamos fazer? Vamos mostrar um pouco do cenário da economia mundial, como

está o desdobramento da pós-pandemia, quais são os efeitos que estão ocorrendo, seja do ponto de vista da inflação, comportamento de taxas de juros e da atividade econômica, os impactos sobre o Brasil e o que acontece com o Paraná e quais são os impactos provenientes desse cenário. Primeiro vamos fazer um sumário da apresentação. Tem um elemento sobre conjuntura econômica, depois avaliação do resultado do quarto trimestre de 2021, as regras fiscais e os anexos. Primeira coisa, no cenário mundial temos uma inflação em alta, o cenário geopolítico internacional é conturbado, como a recente crise entre Rússia, Ucrânia e o Leste Europeu e os países da Europa e Estados Unidos, isso está tendo um impacto de curto prazo de aumento sobre o preço do petróleo e, consequentemente, uma perturbação na formação do preço dos combustíveis. No cenário nacional, temos a perspectiva de uma eleição de um âmbito nacional complicada, que pode ter desdobramentos, com expectativas com relação a questão de investimentos, como ao processo de controle do processo inflacionário. Esse cenário internacional, uma das características positivas, positiva de informação, é que a taxa de inflação mundial, por conta dos aumentos dos preços das *comodities* evoluiu como uma combustão em termos internacionais, o preço dos combustíveis e o preço das *comodities* agrícolas e a questão da disruptão ocorrida na atividade econômica das cadeias globais de fornecimento, tendo impacto principalmente sobre a produção industrial. O sistema de monitoramento da economia mundial ocorreu em escala razoável por conta da pandemia, o que acabou fazendo com que houvesse um surto monetário nos países e que agora está sendo levemente diminuído e tendo um impacto sobre um aumento de juros global da economia. O mesmo fenômeno se repetiu no Brasil, onde a taxa de juros sofreu um recuo expressivo, o que acabou por alimentar, entre outras coisas, um processo inflacionário. Esse processo inflacionário, como vamos ver à frente, ele teve impactos fortíssimos sobre a questão do consumo das famílias, aliado ao impacto que teve sobre a falsa impressão, ou a miragem com relação às receitas dos estados e da Federação. A atividade econômica nacional nesse período, podemos verificar aqui que ocorreu em um cenário, no início do ano teve um crescimento expressivo com relação ao trimestre anterior, mas ao

longo dos últimos trimestres, estamos há três semestres com a economia estagnada no Brasil, o que acabou contribuindo para que de alguma forma tenhamos uma melhora nos indicadores de emprego, mas que não estão se repetindo em termos de efeitos de massa salarial real. A atividade econômica nacional reproduz aqui qual foi esse comportamento. Tivemos em 2020 uma melhora substantiva dos indicadores econômicos, principalmente a questão da recuperação, e acabou se frustrando ao longo do início e o final de 2021, tendo impacto principalmente na questão do crescimento da atividade econômica, e um PIB esperado de 5.7 acabou se revelando alguma coisa como 4.5, 4.6. O mercado de trabalho conseguiu reagir nesse período, por conta principalmente da questão do setor de serviços. O setor de serviços no início da pandemia teve um impacto fortemente negativo, o que é natural, à medida que você não tinha gastos das pessoas com atividades elementares, e que com essa recuperação recente da atividade econômica ela conseguiu devolver os postos de trabalho, só que aqueles que perderam o emprego ao longo da pandemia estão recuperando parcialmente seus empregos, mas só que com salários mais baixos, o que impacta diretamente sobre a massa salarial real. A economia do Paraná, quando comparamos 2020 com 2021, em 2020 a economia do Sul do País teve um crescimento negativo bastante expressivo, mas no ano de 2021 tivemos uma recuperação, sendo o maior crescimento das regiões do Brasil. A atividade econômica do Brasil e do Paraná tem forte correlação, quando o Brasil apresentou uma taxa de crescimento negativa de menos 4%, o Paraná apresentou uma taxa de crescimento de menos um. Só que agora está tendo uma pequena reversão, enquanto o Brasil apresentou no final do ano uma taxa de crescimento de 4.5, o Paraná está apresentando algo como 4.2, o 4.3 depende da forma de calcular, principalmente em função da deterioração da questão da safra agrícola que tem um impacto sobre o Estado bastante expressivo. Sobre a economia do Estado do Paraná, ela reproduz, em parte, o desempenho da economia brasileira, tendo apresentado aquela melhora na questão da indústria ao longo de 2020, mas logo depois se estabiliza e tem um crescimento extremamente modesto, que também é natural em função, principalmente, da questão da oferta de componentes eletroeletrônicos

que servem de matéria básica para a produção desses produtos, assim também como a perda de poder aquisitivo das famílias e dos consumidores. O mercado de trabalho do Paraná apresentou uma melhora expressiva quando comparado à série histórica, mas apresenta também, assim como o Brasil, uma queda no salário real desses trabalhadores. Ou seja, não é um fenômeno paranaense puro, é um fenômeno brasileiro, à medida que estão se incorporando novas pessoas com salários mais baixos em função da perda de emprego. O grande destaque, o grande vilão de 2021 foi, sem dúvida nenhuma, o crescimento da inflação. O Brasil apresentou uma taxa de inflação comparada com o pior ano de 2015, que foi 10.7. Depois em 2020 tivemos uma faixa de inflação de 4.5%, e agora está em 10,1%, mantendo-se nesse patamar para os próximos três, quatro meses, que possivelmente março seja o pico do processo inflacionário, ainda em decorrência principalmente da evolução dos preços das *comodities* agrícolas, os preços dos alimentos, como vamos ver um pouco para frente, e o preço dos combustíveis, ainda que ao longo dos últimos meses tenhamos uma redução de quase 12, 10% no preço do combustível quando comparado com os preços internacionais, o que só mostra que ao longo de 2022 possivelmente não terá uma redução drástica do nível do preço dos combustíveis, ainda existe certa expectativa de crescimento nesse setor. Quando apresentamos a análise do IPCA, vamos perceber que os preços monitorados, administrados, como se diz na literatura econômica, que basicamente os preços de combustíveis, preços de energia elétrica, representaram alguma coisa como 16% de alta no período de 2021, mesma coisa com relação aos produtos. O setor industrial, por conta principalmente da questão do preço da taxa de câmbio, que influencia sobre as matérias-primas e os produtos comprados no exterior para produção de bens industrializados, que sofreu, teve um crescimento de praticamente 17%. Isso tudo explica principalmente quando analisamos a questão da evolução do preço da energia elétrica de 21,2%, principalmente por conta das estiagens, a questão do preço da gasolina ao longo de 2021 que sofreu acréscimo de 47,5% e do etanol de 62,23, o que vai explicar boa parte do sucesso da arrecadação ao longo de 2021. O preço das *comodities*, como podemos verificar, *comodities*, principalmente petróleo, soja,

minério de ferro, estão tendo crescimento bastante expressivo ao longo desse período. O preço do petróleo saiu de 47 para quase 92 dólares o preço do barril, minério de ferro sofreu 102% de crescimento no preço internacional por tonelada, tendo um impacto principalmente no preço do aço e na questão dos componentes envolvendo a questão do frete marítimo que teve aumento de custo de 75%. A política monetária no Brasil, em função dessa expectativa de inflação mais elevada, e de um patamar, um nível de inflação mais elevada, ela saiu de seu nível de quase 2,5% de taxa anual para alguma coisa como 10,25% agora, com expectativa de terminar o ano de 2022, ou início de 2023, ao nível de 12% ao ano. Com uma inflação esperada de 6,5%, isso projeta uma taxa de juros real, como uma taxa neutra na economia, aquela que seria necessária para a ancoragem das expectativas na inflação, com uma taxa de crescimento próxima ao produto potencial de 4,5%, ou 4,6%, o que é uma taxa de juros muito, muito, muito elevada, o que explica o porquê a economia brasileira vai entrar, vai se manter nesse processo recessivo ao longo do ano inteiro. Esse gráfico aí apresenta os indicadores sobre as previsões de crescimento em curso e com uma taxa de crescimento corrente em 2021. Como podemos verificar, há uma deterioração muito forte no crescimento da economia quando comparado com a questão analisada, que vai ter impacto forte sobre a política fiscal do Governo. Ao longo de 2021 tivemos uma expectativa muito, uma realidade muito positiva para os estados, um crescimento forte da base de arrecadação, principalmente do ICMS, e que acabou contribuindo para que apresentasse aos estados e aos entes federados, os municípios, apresentassem um melhor resultado consolidado do período, que é alguma coisa como R\$ 92 bilhões, R\$ 98 bilhões quando somados, o que acabou se contribuindo para que no cenário internacional, quando se consolida os dados do Governo Federal e dos entes federados, acabasse com um superávit de alguma coisa como 1% do PIB. A política fiscal apresentou melhoras por parte do Governo Federal por conta do crescimento, da recuperação econômica no início do período e também do processo inflacionário. Como sabemos, a arrecadação de um ente federado é baseada em dois componentes: um componente que é a arrecadação básica, dada pelo seu nível de taxa de

impostos vezes a base tributária, que é a taxação normal, regular, mais uma adicional do componente inflacionário; mais os ganhos inflacionários provocam em alguns casos uma arrecadação muito próxima ao que é a inflação corrente do País. O que as pessoas discutem muito é qual é o índice de inflação relevante para analisar: se é o IPC, Índice de Preço ao Consumidor, ou se é o Índice Geral de Preços. E aí tem uma discussão que é profunda, porque dependendo do indicador que seja relevante para a deflação ou para inflacionar a questão da receita, podemos ter resultados em tempo real positivos ou resultados muito próximos de zero. Então, como é que a arrecadação de um ente federado ocorre? A sua arrecadação básica, aquela proveniente da taxa de impostos modal, acrescido da base de arrecadação, mais o componente inflacionário, mais um negócio chamado elasticidade renda/tributo. Ou seja, quanto que, para 1% do PIB, vai aumentar a arrecadação. Essa elasticidade renda/tributo está na faixa, gira em torno, em trabalhos econôméticos, em torno de 1%. Ou seja, para 1% de incremento na arrecadação do PIB terá 1% de arrecadação na receita do Estado, algum componente chamado componente real, mais o componente que é o componente estrutural que está associado à mudança de regime. Por exemplo, quando um Estado vai e institui um regime tributário de substituição tributária, tem um ganho de eficiência, consegue diminuir o custo de intermediação, o custo de monitoramento, então há uma arrecadação positiva naquele período. Quando tira a substituição tributária, ocorre o inverso, ocorre uma perda. Então, o regime tributário é a razão para explicar movimentos bruscos que aconteçam em arrecadação, como aconteceu aqui no período de 2016/2017, quando foi a questão tributária. Pelas minhas contas, a questão tributária, fora o item, fora os combustíveis, representa alguma coisa como R\$ 5 a 6 bilhões de arrecadação extra. Se reduzirmos, vamos ter, possivelmente, uma perda, alguma coisa como 35% desse valor. Os indicadores de déficit público apresentados pelos entes federados e pelo próprio Estado do Paraná são razoavelmente bons, são confortáveis quando do ponto de vista de fotografia, mas quando analisamos a sua dinâmica no âmbito federal temos alguma coisa preocupante, por conta primeiro do crescimento negativo que o Brasil vai ter, por conta da recessão

provocada pela taxa de juros e por conta de uma série de elementos novos que estão sendo trazidos à área da arrecadação. A política fiscal nos estados, no Brasil como um todo, desculpa, terá uma taxa de um déficit primário que deve ocorrer na faixa de 1% do PIB, mas quando adicionamos, por função da taxa de juros mais elevada, quando adicionamos a questão dos juros sobre o pagamento da dívida, o déficit nominal pode chegar à faixa de 8,5% do PIB. A política fiscal dos estados será dominada pela evolução de alguns elementos, entre eles a redução da taxa de inflação, a redução dos... o aumento da carga tributária incidente sobre os produtos que estão tendo uma redução substantiva em função de dois elementos básicos. São, a saber: primeiro a questão envolvendo a PMPF sobre os combustíveis, que foi fixada com o preço médio do último trimestre de 2021 e está sendo congelada até final de julho. Isso está causando uma perda de arrecadação do Estado do Paraná que é alguma coisa como R\$ 110 milhões por mês ou R\$ 1 bilhão e 200 milhões por ano. Mas como é uma política nacional, uma tentativa de os estados darem de contribuição à questão envolvendo o aumento dos combustíveis, é uma política necessária. O outro ponto também que está contribuindo para termos uma expectativa de crescimento da receita baixa está associado com a questão envolvendo a não sanção presidencial por parte da lei complementar que instituiu o diferencial de alíquotas entre a cobrança de ICMS entre os estados de origem distintas, o que está provocando uma perda de arrecadação, no caso do Paraná, algo como R\$ 60 milhões/mês ou R\$ 800 milhões/ano. A combinação desses elementos representa uma redução de receita para o Estado do Paraná, receita nominal, de alguma coisa como R\$ 2 bilhões associados à redução do processo inflacionário e à consequente diminuição do impacto sobre a arrecadação nominal. O que podemos verificar do ponto de vista nacional e do ponto de vista estadual é que aquilo que foi um cenário de relativa bonança nos termos de indicadores econômicos e de desempenho da economia em 2020 e de resultado fiscal, não deve se repetir ao longo de 2022. Em 2022 temos as pressões de redução de receita, por conta dos elementos que acabei de citar, e temos também a pressão de aumento de custo de despesa, provocado principalmente sobre a indexação dos contratos. Como todos sabemos, vários

contratos na economia são indexados: alguns ao IGP, outros ao IPC, como por exemplo a questão das obras públicas que têm um indexador próprio que vão acabar impactando diretamente. O reajuste dos contratos na área de infraestrutura está acompanhando novamente o IGP, ou alguma coisa como 21%. Então, teremos um incremento nas despesas desse setor de infraestrutura, dos gastos com infraestrutura, bastante expressivo. Outro componente que também é de aumento de despesa certamente serão os gastos com pessoal. O gasto com pessoal, apesar de modesto aumento de 3%, foi considerando e isso representa um incremento de despesa de R\$ 740 milhões e associado à questão dos riscos, associado ainda ao ambiente jurídico que, por conta de decisões do tribunal, que possam impactar sobre eventuais concessões de benefícios atrasados. A receita do Paraná, agora entrando no ponto de vista formal, apresentou um crescimento real de 7%, tendo em destaque a questão do incremento do ICMS, o incremento do ITCMD, tivemos um crescimento real também expressivo; e, no total, outro ponto em destaque foram as receitas patrimoniais, principalmente aquelas envolvendo a questão dos dividendos da Copel que teve uma taxa de contribuição de quase R\$ 1,5 bilhão nesse período de 2021, que não deve se repetir. É uma operação extraordinária, seja por conta do resultado que a companhia apresentou ao longo de 2021, seja porque fizemos o pré-pagamento da dívida que o Estado tinha com a Copel no valor de R\$ 1 bilhão e 400 milhões, a uma taxa de juro extremamente elevada, que era IGP + 4,75, e fizemos o pré-pagamento por meio de uma operação de empréstimo com o Banco do Brasil, isso acabou gerando um dividendo extraordinário, na Copel, que distribuiu a seus acionistas, e proporcionou uma entrada de R\$ 470 milhões a mais não previstos no orçamento. A arrecadação de ICMS quando abrimos por setores, vamos perceber que, de fato, o setor de combustíveis foi o que apresentou um número mais robusto, tivemos um incremento de quase R\$ 2 bilhões e 200 milhões só na arrecadação de combustível; o destaque negativo para a área de comunicações que tivemos um crescimento negativo e outro item importante está associado à arrecadação com energia elétrica, por conta da bandeira tarifária. A receita patrimonial: o destaque é a questão da evolução dos pagamentos de dividendos, como acabei

de falar, o caso específico da Copel que representa R\$ 1 bilhão e 200 milhões, do ponto de vista extraordinário. Um destaque também positivo é que com a taxa de juros mais expressivas, tivemos uma remuneração de juros e correção monetária de R\$ 1 bilhão e 100 milhões no nosso caixa, que foi uma coisa expressiva, os nossos juros ativos, está certo? Também tivemos um resultado positivo das transferências da União, principalmente na questão envolvendo o Fundeb. Quando analisamos as transferências da União ao longo de 2021, foram expressivas, por conta do crescimento do fundo de participação estadual, crescimento do Fundeb, só que foram inferiores à questão das transferências da Lei 173 de 2020. Ou seja, que foi não só transferência com relação à reposição das perdas de receita como também a questão envolvendo ao não pagamento dos juros sobre a dívida do Estado do Paraná, que deu uma coisa como R\$ 2 bilhões e 500 milhões. Esse ano tivemos uma melhora do fundo de participação, principalmente por conta do IPI, mas que foi inferior às transferências feitas pela União em 2020. Isso vai impactar diretamente sobre os nossos gastos com saúde à medida que tivemos que colocar mais recursos do Estado para contemplar a possibilidade de fazer frente às necessidades com a Covid. Das receitas de capital apresentamos a questão da diminuição da captação de recursos por meio de impostos e empréstimos, o que acabou impactando forte sobre o número: de um valor R\$ 2 bilhões e 800 em 2020, para R\$ 1 bilhão e 200, uma redução ao longo do período extremamente expressiva. Uma redução nominal de 58%. As receitas correntes empenhadas tiveram incremento de 3% do ponto de vista real, vindo principalmente a contribuição da questão envolvendo pagamentos de juros sobre a dívida, encargos sobre a dívida, com a contribuição positiva da questão dos gastos com pessoal que tiveram crescimento negativo nesse período, quando proporção da receita corrente. Com relação às despesas em saúde e educação e encargos especiais, tivemos um aumento na educação de 41%, na saúde de 2% real, lembrando que as despesas de saúde de 2020 tiveram a ajuda expressiva do Governo Federal. As despesas de capital empenhado por consequência direta da política de investimento do Estado proporcionaram um incremento de quase 27% real, o que mostra só o esforço do estado para fazer frente a essa inversão.

Analizando as despesas com Covid, o resultado orçamentário foi aquele menos 687%, o que representa o quanto que o Estado teve que colocar de recurso próprio no combate à pandemia. Analisando as despesas empenhadas: a previdência social como destaque, depois a educação, saúde e demais funções e segurança pública, que não foge ao tradicional. O resultado primário do estado nesse período foi de R\$ 7 bilhões e 224 milhões, com o pagamento de juros vai para um resultado nominal, déficit ou superávit nominal de R\$ 6 bilhões e 468 milhões. É um crescimento bastante expressivo, como podemos verificar. Mas só que em parte não podemos comemorar muito porque tivemos, com isso aqui, a questão envolvendo o crescimento dos restos a pagar nesse período por conta dos empenhos na função educação e saúde ocorridos no último trimestre, e também sobre um empenho a maior por parte dos Poderes, em especial o Poder Judiciário que fez um empenho expressivo no final do ano. E, no final, o seguinte: o que podemos dizer é que sobrou no caixa R\$ 2 bilhões, o que está aqui para fazer frente às obrigações em curso de 2021, com um déficit esperado de R\$ 6 bilhões e 700 e um crescimento das receitas que pode chegar a alguma coisa como R\$ 4 bilhões e 500. Então, tudo mais constante, o cenário para 2022 está em equilíbrio, viu, Deputado. Então, está em equilíbrio, não vamos ter nem déficit nem superávit, vamos ter, se as coisas se comportarem bem, de fato, tivermos esse crescimento da arrecadação por conta do processo inflacionário, a situação vai, o que não pode ter são despesas novas aparecendo, não pode ter nenhuma incerteza associada ao processo. Se, por exemplo, se por acaso, a taxa de crescimento da economia brasileira não for condizente com essa expectativa de um crescimento em torno 0,3, se for alguma coisa como de 0,5 a 1%, já teremos um crescimento da receita menor, e acabará impactando sobre a incapacidade de fazer frente a todas as despesas extraorçamentárias que ainda estão apresentadas no balanço. O previdenciário não é diferente, apresenta os números que são tradicionalmente apresentados, é negativo; sendo que nosso saldo total da nossa dívida, nesse período, não apresenta grandes variações por conta da movimentação. Estamos pagando só mais juros, mas no fim não contraímos nenhuma dívida nova, a dívida que foi contraída foi para pagar uma outra dívida.

Então, não teve incremento de dívida e um dado positivo, que podemos colocar, é que por conta dessa gestão efetuada em 2021 e pelos ajustes e pelo crescimento positivo que apresentou um superávit nominal, estamos hoje em uma situação da nossa capacidade, da nossa análise de risco é extremamente boa. Estamos com um nível de endividamento de 65%, ou seja, uma arrecadação de R\$ 39 bilhões e 400, com uma dívida consolidada de R\$ 31 bilhões e 500, dá um número quando se acrescentam as transferências, de 63%. Mas em termos de poupança corrente, estamos em uma situação boa, não conseguimos poupar o suficiente para fazer frente às obrigações e também em um nível de liquidez também que é também é nível A. As avaliações dos cumprimentos das regras fiscais constitucionais, estamos bem, os nossos limites estão dentro do previsto, hão houve grande mudança. Os limites constitucionais e legais foram cumpridos. Os gastos com saúde e previdência foram atingidos os percentuais da arrecadação. O limite de despesa do Poder Executivo apresentou uma melhora substantiva, nesse período, mas é uma melhora que temos que ter os devidos cuidados, por conta de alguns elementos que estão fora dessa análise. O primeiro dele é o crescimento das despesas com terceirização, que podem ocorrer ao longo de 2021. O segundo é pelo conceito de despesas de pessoal, envolvendo a área de saúde, que variam a expectativa entre um, R\$ 140 milhões ou R\$ 2 bilhões. Dependendo dessa interpretação, podemos ter uma receita nominal estimada de 2022, se ela for acompanhar a receita nominal de 2021, teremos um problema de limite de gastos de pessoal. Se por acaso a taxa de crescimento da receita real for zero, vamos estar exatamente sobre o mesmo patamar. Então, dependendo de qual seja a interpretação a ser dada, entre o parecer da STN e o nosso, em entendimento aqui, podemos estar já no limite de corte dos gastos com pessoal. Essa é a mensagem que gostaria de dar. Estou aqui aberto para perguntas de toda natureza, no que puder responder. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Agradecemos a exposição feita pelo nosso Secretário da Fazenda, sempre muito sucinto e claro. Agora, pela ordem de inscrição, temos o Deputado Galo que gostaria de fazer uma pergunta.

DEPUTADO GALO (PODE): Senhor Presidente, qual é a regra para o tempo da pergunta, 30 segundos? Tenho cinco minutos?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): O tempo da pergunta é de cinco minutos e o Secretário tem cinco minutos para a resposta. Depois há direito a réplica e tréplica.

DEPUTADO GALO (PODE): Perfeito. Secretário, folgo em vê-lo com saúde.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Obrigado.

DEPUTADO GALO (PODE): Agora, gostaria que Vossa Excelência entendesse que neste momento quero pedir esclarecimento sobre minhas dúvidas e não é nenhum ataque e nenhuma desconfiança. Esse ser mortal aqui precisa ser informado. A LOA, desculpe, Secretário, a sensação que tenho é de que essa LOA é um engodo. Essa é uma posição minha e não abro mão dela, sem acusação a ninguém. *Ah, está acusando quem?* Para mim, ela é um engodo. Por quê? Vem para cá, discute, sobe e desce, vem e vem, sobe, sobe, sobe e desce e aí manda apresentar a emenda. Para quê, Secretário? Apresentei emenda e não sei para onde foi a minha emenda. Ela foi aprovada e foi para onde? Não sei. Foi apresentada, estava na emenda 2 milhões para fazer a reforma de uma ponte, em Paranaguá. Fui atrás, perguntei, subi, desci: *Ah, vamos ver.* Então, desculpe, Secretário, é uma sensação que parece que estou com *nariz de palhaço*. Não é uma acusação. Não é uma acusação, quero que o senhor esclareça, é rapidinho. O senhor sabe que se o Governador Ratinho não se reeleger, o senhor vai ser considerado um dos principais culpados, acredite. Hoje todo mundo é seu amigo, mas se o *barco afundar* foi lá, acredite e o senhor verá. Espero que ele se reeleja. Porém, Sr. Presidente, Sr. Secretário, a sua equipe, mostrei-me amigo e cortês. O senhor participou de uma reunião comigo e com o meu chefe de gabinete, sobre uma sugestão de impostos sobre a gasolina. O que ficou ruim é que no meio da reunião o senhor se ausentou e quem estava não deu a devida atenção. Saímos de lá com *nariz de fúria*. Depois, Sr. Secretário, falei muito com o senhor sobre IPVA, falei a respeito de parcelamento. Conversei e o senhor foi muito gentil,

muito querido e disse: *Vamos resolver*. Trezentas vezes tentei ligar na sua Secretaria e nunca tive uma resposta. Estou com um Projeto, aqui na Casa, que já disseram que não adianta, que a Secretaria não vai aceitar. Só um detalhe, Sr. Secretário – estou no meu tempo ainda – no IPVA para *motoboys* e *Ubers* é legítima a isenção, porque já existe na lei para os taxistas. Naquela época não tinha o *motoboy* e não tinha o *Uber*. Fechando, Sr. Secretário, qual é o caixa hoje? Vou ser assim simples porque não tenho a tecnologia, como o senhor, de um economista de renome, com pós-graduação e o respeito muito. Mas qual é a arrecadação e qual é a dívida que temos? Quanto é que tem em caixa e quanto estamos devendo? Quer dizer, pegamos com quanto, estamos com quanto e quanto se deve? Mas em especial, Secretário – o Traiano está passando alguma informação lá, para ele –, mas é assim, Secretário, por favor, oriente-me sobre a LOA, sobre o IPVA, se é possível apresentar, senão nem apresento, porque a lei já existe de isenção para os taxistas, mas não tinha *motoboy* naquela época e não tinha *Ubers*. É só fazer uma adequação. Repito, Secretário, com o maior carinho que tenho por você e tenho mesmo um respeito por você. Quando você esteve afastado por doença procurei me informar o possível. Porém, o senhor é muito blindado, a sua assessoria não deixa chegar até o senhor, mas de jeito nenhum. Não há a possibilidade de falar com Vossa Excelência, porque está sempre reunião, concordo. Mas, poxa, estou aqui há três anos como Deputado, em três anos não tive a chance de conversar com Vossa Excelência. Agradeço a sua atenção. Por favor, não estou lhe acusando de nada, apenas quero ser esclarecido. Porque à LOA soquei 2 milhões lá, subi, desci: *Cadê? Cadê? Está na LOA. Está na Loa. Puxa, Galo, onde é que está esse dinheiro?* Aí, provei: *Está aqui, oh. Ah, pois é!* Então, para que estar aqui e ser Deputado, estar na Base, ajudar, correr, bater? Desculpe, sinto-me assim, Secretário, *nariz de palhaço*. Grato. Não se ofenda, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Galo, vou só fazer aqui uma intervenção em relação à sua primeira pergunta, porque isso não é atinente ao Secretário, compromissos que foram firmados por Vossa Excelência, de emendas e de outros Deputados, só quero dar uma informação que...

DEPUTADO GALO (PODE): Mas não é emenda. Não é emenda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traino – PSDB): Não. Recursos.

DEPUTADO GALO (PODE): Lei Orçamentária que veio.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Não. Não, Vossa Excelência.

DEPUTADO GALO (PODE): Que podíamos fazer as nossas indicações. Então, para é que vem para cá, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PODE): Permita-me, Sr. Presidente, com respeito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Com calma.

DEPUTADO GALO (PODE): Estou calmo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Calma!

DEPUTADO GALO (PODE): Estou calmo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vossa Excelência sempre com aquela cautela e firmeza faz questionamentos, mas me parece que na primeira pergunta houve um questionamento em relação à questão de compromissos feitos com Vossa Excelência de pagamento de alguma coisa que foi acordada. Então a informação, não a Vossa Excelência, mas a todos os Deputados que foram firmados compromissos. Ontem à tarde, Secretário, eu e o Romanelli conversamos. Hoje promovemos uma reunião com o Secretário Ortega e estão sendo equacionadas todas as pendências. Já o Secretário inclusive tomou ciência e informação, agora à tarde, em uma reunião que promovemos com ele e com o Deputado Romanelli. A Assembleia mais uma vez está garantindo, o Governo, a antecipação, já antecipadamente de tudo aquilo que prevíamos para o

exercício deste ano, para que o Governo possa honrar na totalidade com os compromissos que firmou ou compromissos extras que foram firmados e estavam pendentes. Então, apenas a minha intervenção foi nesse sentido. Agora é com o Secretário.

DEPUTADO GALO (PODE): Excelência, permita-me, por favor? A Lei Orçamentária estava lá para podermos indicar uma emenda, na LOA. Então, estava lá o total, quanto é que arrecada, quanto é que vai ser. A Lei Orçamentária Anual vem para esta Casa e todos podem dizer: *Não. Então, coloca mais aqui, oh.* É o que existe de totalidade e você coloca lá. Não estou falando de emenda, dessa que o Governador diz que dá e acaba não dando. Isso é outro departamento, é mais uma questão política e acredito que o Secretário não tem nada com isso. E, mesmo assim, não faço parte do tal do alto clero ou baixo clero, estou Deputado, Secretário. Agradeço a sua orientação, entendo. Então, Secretário, retiro a primeira pergunta. Queira desculpar a minha ignorância aqui.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSC): Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): *Pela ordem,* Deputado Evandro.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSC): Presidente, vejo que o Deputado Galo se refere àquele cardápio, por ocasião da Lei Orçamentária Anual, que os Deputados preenchem. Assim, só queria contribuir, dizendo que o Programa *Paraná Mais Cidade* que foi apresentado tem valores superiores àquele cardápio. No entanto, obviamente, o ideal seria e já ouvi até o Secretário René mencionar isso aqui, que o ideal seria que tivéssemos obviamente toda essa peça cumprida. É uma questão de opção do Governo, mas que tivéssemos essa peça cumprida. Entendo que é isso que o Deputado Galo questiona. Eventualmente, essa é uma discussão de Governo que pode ser levada, inclusive, por esta Casa.

DEPUTADO GALO (PODE): Permita-me? Mas não estou falando de emenda, gente. Estou falando da LOA, *pô.* Não tem nada a ver com cardápio.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Está entendido. A emenda à LOA, todos os Deputados, independentemente de serem Governo ou não, têm o direito de apresentar. Agora, vejam bem, isso não significa dizer que há obrigatoriedade do cumprimento. A emenda é autorizatória. Então, mas é assim que funciona, não é aqui no Estado, é no Brasil inteiro e no Governo Federal!

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Só queira explicar que muitos projetos de lei que chegam, que são apresentados aqui na Assembleia Legislativa, têm como natureza a diminuição de receita tributária, por parte do Estado. Seja na questão do âmbito do IPVA, seja na questão do ICMS. Só que para toda e qualquer redução de receita, por exemplo, na questão do IPVA, é uma reivindicação justa no caso de *motoboy*, no caso do Uber é discutível, porque você não sabe exatamente qual é a natureza da atividade. O que acontece, é que tem que se indicar qual será a despesa que será cortada, na razão direta da diminuição de receita ou qual será a fonte alternativa de receita. Então, somos contra a todo e qualquer tipo de proposta de redução de arrecadação de ICMS ou de IPVA, ou de ITCMD, porque sem ajuste lá na receita é impossível, não posso fazer empenho sem receita previamente aprovada. Então, essa é a questão. Com relação aos riscos que ocorram aqui no Estado, sei exatamente o seguinte, tenho certeza de que o meu fracasso é o fracasso do Governador. Tenho, sim, tenho certeza. Tanto é que tenho um nível de lealdade a ele muito grande, justamente por entender que o comportamento da receita do Estado, da Fazenda do Estado, é determinante para soluções e propostas pelo Governo. Tanto é que tenho uma postura muito tranquila, não apareço em público, dificilmente concedo algum tipo de conversa, não tenho inoportunidade com ninguém e a minha função é simplesmente gerar recursos suficientes para fazer frente às obrigações das despesas orçamentadas. Também a minha função é preparar o cenário, preparar o palco para que os outros brilhem. Primeiro, porque não sou paranaense, por enquanto, até que vocês me concedam aqui o Título de Cidadão Paranaense. Vai aqui uma deixa. Então, não me sinto muito confortável para entrar na política local, entrar em questões envolvendo pleitos entre as partes. A minha função é simplesmente cumprir as obrigações que foram pactuadas comigo, o que tento

fazer da melhor forma possível. Tanto é que, ao longo dos últimos três anos, o Estado tem tido um desempenho razoavelmente bom. Tanto é que é destaque no Brasil em vários fóruns, inclusive, em termos de apresentação de sucessos envolvendo a área tributária. Só consegui executar o nível de dispêndio que o Estado apresentou ao longo dos últimos anos, tendo uma redução substantiva e expressiva de despesas, seja no âmbito de despesas correntes, seja na questão envolvendo os encargos com juros, que já é um sucesso relativo, mas sei que sou um adversário em potencial, de um eventual sucesso. Sei disso. Sei disso. Não é, não é segredo para ninguém.

DEPUTADO GALO (PODE): Senhor Presidente, só para saber qual é o tamanho do caixa e a nossa dívida. Quanto que o Estado deve hoje? Quanto pagamos mensalmente de dívida? Por favor. Agradeço ao Secretário René. O senhor é merecedor, sim, de ser um paranaense.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: O nosso caixa hoje está muito nesse número que apresentei aqui do superávit nominal, 7 bilhões e 200, com restos a pagar de 5 bilhões. Então, o que importa é o caixa livre. E a dívida dá 31 bilhões e 500, a dívida consolidada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo Parlamentar a fazer perguntas, Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Senhor Presidente, boa tarde. Senhor Secretário e toda a equipe da Secretaria da Fazenda, boa tarde. Senhor Secretário, acompanhamos bem a evolução das finanças do Estado e dá para cravar que o Estado saiu da crise, sem dúvida nenhuma. Com um resultado primário de 7 bilhões, não tem outra conclusão. Especialmente considerando que no ano retrasado o resultado primário foi de 20 milhões, se não estou enganado, 20 milhões. Então, são quase 600 vezes a mais, agora no final de 2021, fruto, claro, dos efeitos, em primeiro lugar, da pandemia, que encheu os cofres de estados e municípios com recursos federais; proibiu estados e municípios de dar aumento para servidor, por determinado tempo, além, é claro, da inflação. Foram

2 bilhões a mais de arrecadação só com o aumento da gasolina. Então, tirando a primeira parte, a questão da pandemia, que parece que foi uma fórmula que foi testada pela primeira vez no País, com sucesso, refiro-me à segunda parte, ao aumento da arrecadação por conta do aumento dos preços, como o senhor mencionou, ali, monitorados. Está se chegando a uma conclusão de que a inflação é muito boa para o poder público. Ela aumenta a arrecadação, embora penalize a população. A pergunta que faço para o senhor, já fiz isso na última vez, é a seguinte: Como *repartimos o bolo* agora? Como nós, diante de uma população com alto nível de desemprego, especialmente a população que não tem estabilidade, que sofreu, que não teve aumento de renda, que teve a atividade fechada, por conta das restrições da pandemia, feitas por gestores com estabilidade, com o salário em dia na conta, como fazemos para *repartir esse bolo*? Parece-me que a saída tem que ser a redução de tributo. Essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta: Por que continuamos em calamidade pública? Votei contra todos os pedidos de extensão de calamidade pública do Estado e dos municípios do Paraná, porque acompanhávamos a evolução das finanças. A calamidade pública acabou no Governo Federal em 2020, no final de 2020. Estamos há um ano e meio em calamidade pública, desnecessariamente. O meu município de Maringá teve um excesso de arrecadação de mais de R\$ 100 milhões e está em calamidade pública, vai pedir prorrogação até o final do ano e na semana retrasada contratou um *show* do Luan Santana por quase R\$ 300 mil, quer fazer uma praia pública por R\$ 40 milhões. Como é que explicamos isso para a população, essa contradição entre os resultados no papel e o que vemos do poder público? E uma terceira e última pergunta, Sr. Secretário. Acabei de pedir vista nos projetos de revisão de remuneração dos servidores da Assembleia, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e Poder Judiciário, que historicamente têm dado reajustes maiores do que os servidores do Executivo, há muito tempo viraram ilhas de prosperidade no Centro Cívico e acho isso injusto com a população, acho injusto com os servidores do Executivo. A pergunta é: Por que o Governo não encara o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Assembleia Legislativa, não sentam todos em uma mesa e fazem com

que os aumentos aos servidores sejam pelo menos equitativos e de acordo com o momento econômico do País? Então, três perguntas. Primeiro, como *distribuir o bolo* com a população, especialmente da iniciativa privada? Segundo, por que temos calamidade pública ainda? E terceiro por que não fazer essa negociação com os Poderes no momento de dar reajuste para os servidores? Muito obrigado.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Com relação à inflação é uma falsa ilusão que a inflação provoca melhora do orçamento. Os estudos teóricos indicam o seguinte, que ela acaba sendo negativa para o orçamento público. Por quê? Porque há no processo inflacionário um aumento de receita, sem dúvida nenhuma, mas como as receitas são vinculadas, as despesas obrigatórias representam 94% do orçamento, necessariamente o que ocorre é que as despesas com educação e saúde são aumentadas na mesma proporção. Ocorre que muitas vezes esse aumento de despesa em educação e saúde não está contemplado em programas que sejam programas de curto prazo, são geradas despesas de caráter definitivo, ou seja, aproveita-se o momento de uma alta temporária de receita para gerar despesas de caráter permanente, confunde-se receita temporária com receita permanente e acaba sendo negativo. Outra questão é a indexação dos contratos, a indexação dos contratos acaba, como acabei de dizer da área de infraestrutura, alguns contratos estão indexados ao IGP e sofreram um reajuste de 20%. E a outra é porque a economia é indexada, então há uma indexação também dos gastos com pessoal. Então, quando se soma liquidamente, como os reajustes dos contratos e o impacto não é proporcional, o que ocorre é que muitas vezes aquilo que foi um aumento temporário provocado por uma movimentação inflacionária acaba impactando diretamente sobre o superávit estrutural do Estado. O que é relevante do ponto de vista teórico é calcularmos o superávit estrutural, aquele que ocorre independentemente da natureza e daí tiramos as políticas públicas. As vinculações constitucionais ferem princípio de racionalidade, objetividade, elas não deveriam ocorrer à medida que você tem a possibilidade de não só fazer uma normalização das despesas, como criar aquilo que é a minha proposta há algum tempo, um fundo de estabilidade fiscal, ou seja, nos momentos em que tem uma

receita extraordinária, coloca-se dinheiro no potinho e no momento em que houver uma perda de receita, retira-se dinheiro do potinho, que é a ideia básica por conta do Funrep que foi aprovado nesta Assembleia. Com relação... Acho que isso explica por que não é possível um aumento de despesa ou redução de receita em caráter... Por quê? Porque não vai reverter, não vai reverter! A elasticidade PIB-receita em 2021 foi de três vezes, 300%, o que não é normal, ou seja, você vai ter uma revisão disso aí, ou seja, a arrecadação em termos reais vai cair ao longo dos próximos anos para voltar à questão do indicador em parâmetro de 1%. Com relação à questão dos reajustes, acho que o ideal realmente seria que os Poderes tivessem uma... Também acho que este reajuste chega em um momento em que ele vai criar simetrias, vai criar problemas realmente entre funcionários dos Poderes. O ideal seria que houvesse uma assentada à mesa para uma negociação. Lembrando o seguinte, que os impactos são diferenciados e também que há uma questão envolvendo autonomia entre os Poderes. Os impactos são diferenciados, 3% de reajuste no Poder Executivo são R\$ 700 milhões e 10% de reajuste no Poder Legislativo é outro impacto e no Poder Judiciário tem outro impacto, que não necessariamente são simétricos. E um Poder tem autonomia orçamentária e financeira. Com relação à calamidade, confesso que não sei lhe responder, porque não tenho informações sobre isso. Acho que o período de calamidade tem alguma razão de se explicar em função ainda do quadro de incerteza provocado pela Covid ainda neste período, agora se por acaso está sendo utilizado para geração de despesas de caráter puramente folclórico e tal não faz muito sentido, não vejo sentido algum, do ponto de vista puramente racional.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, então, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, boa tarde! Boa tarde a toda a equipe do Dr. Renê. Doutor Renê, boa tarde também. Doutor Renê, serei bem objetivo, tem três perguntas que gostaria de fazer para o senhor e acho que algumas das questões inclusive o Deputado Homero já colocou. Temos uma

divergência do ponto de vista de sentar à mesa todos os Poderes, claro, já falei isso ao Deputado Homero, porque entendo que há nas nossas Constituições Estaduais, na Constituição Federal e mesmo nos orçamentos das Câmaras de Vereadores há uma distorção que é o percentual constitucional e aqui no Paraná, em vez de orçamento, temos percentual constitucional. Talvez se tivéssemos orçamento isso não aconteceria, porque o percentual constitucional esconde uma tragédia que muitas vezes você pode não adquirir um parafuso, mas se aumentar a arrecadação em 100% a sua receita aumenta em 100% também, mas esta é uma situação que não se revolve aqui. As perguntas que faço ao senhor, primeiro, o Estado teve aumento significativo de cerca de R\$ 1 bilhão em dividendos, isso por conta da Copel, obviamente, do lucro que a Copel teve, o aumento exponencial da energia elétrica e da água, e a pergunta é por que o Estado, que ainda é, apesar de não ser total, mas ainda é majoritário nessas duas empresas, no caso da Sanepar 20%, tem 20% das ações totais, na Copel acredito que seja em torno disso, 30%, por que não voltar a ter 25% na distribuição de dividendos, o que diminuiria a pressão sobre o consumidor e faria com que também essas duas empresas tivessem sobra de capital, sobra de recursos para fazer os investimentos que são necessários? A segunda, o senhor colocou aqui que a cada três pontos percentuais são R\$ 700 milhões – óbvio que a diferença também é que o Estado tem 49 bilhões de arrecadação e de comprometimento. Isso significaria, do lado dos servidores, Dr. Renê, dizer que são 30% hoje de defasagem, significaria dizer que temos R\$ 7 bilhões devidos aos servidores. Não é deste Governo! Não estou dizendo que é só deste Governo, mas é deste Governo também. E isso provoca, o senhor há de convir, o senhor veio do Rio de Janeiro, esteve no Rio de Janeiro em Governos inclusive do Partido dos Trabalhadores, isso provoca primeiro um desestímulo muito grande e segundo um sucateamento do Estado. Acho que hoje estamos vivendo um sucateamento do Estado de forma absolutamente perversa. Se formos em alguns órgãos do Estado, estamos vendo que estamos perdendo servidores, não há concurso público, a Emater por exemplo está acabando, literalmente acabando em um Estado agrícola como o nosso, outros setores como o Iapar também estão nas mesmas

condições, o senhor teve recentemente que administrar uma situação crítica na Polícia Penal, que fez aqui, o Presidente colocou em votação um Projeto em regime de urgência para que tivéssemos um mínimo de reajuste, que não é um reajuste direto, mas indireto, mas isso já provoca também, em cascata, uma reivindicação dos trabalhadores que são assistentes sociais dentro do sistema penal e aí a pergunta é quando que isso será recomposto e de que forma será recomposto? E pergunto isso, Secretário, porque há uma situação no Paraná, ela é acompanhada no Brasil, mas é no Paraná e da outra vez em que o senhor esteve aqui o senhor falou que estávamos tendo transparência, por isso agora sabemos que a renúncia fiscal do Estado neste ano é prevista em R\$ 15 bilhões, foram 11 bilhões nos três primeiros anos e 12 no último ano, mas a pergunta é: Se há uma transparência no que diz respeito ao todo, por que não há uma transparência no que diz respeito ao CNPJ de quem está sendo beneficiado? Porque não é possível que a população do Paraná abra mão indiretamente, não que tudo isso fosse arrecadado, isso seria só uma hipótese, mas de R\$ 15 bilhões sem saber quem se beneficia! Se esses setores que são beneficiados realmente geram empregos e renda, se esses setores que são beneficiados traduzem esse benefício para a população do Estado como um todo? Então, fica aqui uma pergunta e uma sugestão também, Secretário, para que tenhamos no Estado do Paraná o CNPJ dos beneficiados. Hoje sabemos que dos 15 bilhões deste ano, 7,5 bilhões são para o agronegócio. Para qual setor do agronegócio? Um bilhão e meio para o setor automotivo. Quais empresas? É a Renault, é a Audi, é a Volvo? Um bilhão e meio para fornecimento de combustível e lubrificantes. São os grandes transportadores? Precisamos saber disso, acho que a população precisa saber disso e nós aqui na Assembleia obrigatoriamente temos que prestar contas disso. Obrigado, Sr. Secretário e Sr. Presidente.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Começando pelo final, a questão dos benefícios fiscais e gastos tributários, como são chamados, ela envolve na literatura uma certa análise muito difícil ou complexa, qual é o ponto ótimo de benefício, quanto período deveria ser dado, por quanto tempo deve ser dado. É claro que aqui no Paraná temos benefícios fiscais há 20 ou 30 anos, então

realmente o que indica a teoria é que tais benefícios deixaram de ter impacto sobre a produtividade desses setores e acabam tendo sobre a remuneração do capital ou a remuneração dos fatores de produção. Então, quero te dizer o seguinte, que além de ter uma questão distributiva perversa, a longo prazo, os benefícios fiscais acabam gerando perda de produtividade e diminuindo a competição entre os setores. Então, de fato, o agronegócio é beneficiário com praticamente 50% dos benefícios e o setor de alimentação com R\$ 5 bilhões desse total. Do ponto de vista prático, estou há três anos tentando desenvolver a contratação de um ente externo para que possa analisar os impactos dos benefícios fiscais, inclusive gerando, analisando a questão de geração de emprego, até agora não tivemos sucesso, mas está muito próximo de ter sucesso, em parte porque não tínhamos informações, Deputado, não tínhamos a base mínima necessária para que se pudesse fazer estudos econométricos para identificar qual era. Por quê? Porque simplesmente as informações não existiam. Foram recuperadas e foram criadas ao longo dos últimos três anos. Então, agora, nós temos, mesmo com uma série histórica pequena, temos condições de fazer um trabalho de avaliação. E tem uma certa complexidade, porque tem que fazer um modelo de equilíbrio geral, em que você possa verificar a questão da equação de trocas entre os setores e acaba sendo mais difícil. Mas, vamos fazer. Vamos fazer! E, para isso, para tentar diminuir, foi criado o Fundo de Recuperação Fiscal do Estado e instituído por meio de decreto na última dezena, no dia 20 do ano passado, de dezembro, foi indicada uma taxa de contribuição de 12% para esse fundo por parte daqueles setores que têm benefício de crédito de ICMS presumido, o que é uma forma de tentar de alguma maneira recuperar alguma parte desses benefícios e tentar diminuir os impactos que por acaso possam ser distorcidos para a economia. Sou um defensor e sempre serei, sou uma pessoa de formação econômica e que vejo as distorções provocadas por manter durante um longo período de tempo benefícios fiscais. A questão envolvendo a indexação dos gastos com pessoal é um tema muito complexo. Por quê? Porque ele envolve necessariamente a garantia de receita por parte do Estado. Volto a dizer, a receita de 2021 é uma receita transitória, é uma ilusão, ela não vai se manter. Então,

quando geramos despesas de caráter permanente baseado em uma receita que é enganosa, a inflação não vai ficar nesse patamar, ela vai recuar, até por conta da questão da política monetária. Juros de 12% e um juros real de 4%, o País vai mergulhar em uma recessão. Teremos um ano de 2022 com impactos profundos, então é um ano que terá uma herança não benigna do ponto de vista estrutural. Os dividendos da Copel, porque a Lei n.º 6.404, a Lei das S/A, estabelece um dividendo de 25% mínimo e a companhia está hoje em uma situação muito boa do ponto de vista de geração de resultados, em parte também porque fizemos o pré-pagamento das obrigações de dívidas com ela, que estavam contratadas com um custo muito elevado. Pois não! Pode falar.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Só espero o senhor concluir, daí só quero...

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Acabou fazendo esse pré-pagamento e acabou gerando um dividendo extraordinário, o que explica em parte o porquê do montante de dividendos.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, só para pontuar. Senhor Secretário, no ano passado, quando o senhor esteve aqui, e acho que é o seu papel, o senhor nos respondeu que não podíamos ter reajuste salarial. Claro, no ano passado estávamos ainda na Lei Mansueto, mas, em 2019, porque teríamos uma crise terrível pela frente e o Estado estaria em uma situação muito difícil. Acredito que essa situação muito difícil é o que todos gostaríamos de estar, porque com R\$ 7 bilhões de arrecadação acima do esperado não é uma situação muito difícil. Além disso, volto a dizer, como falei ao senhor, estamos perdendo uma grande quantidade de profissionais que não se recupera. Um pesquisador do Iapar leva 10, 15, 20 anos para fazer pesquisas e ser aquele que vai entregar essa pesquisa inclusive ao setor produtivo; um professor, um médico, um assistente social, os policiais, não é possível que depois de todo esse tempo acenemos com 3%. E aí não é uma questão política ou ideológica, é uma questão de sobrevivência. Com uma inflação de 30% e você receber 3%, você está perdendo 27% do seu poder de compra. Com isso também volto à mesma pergunta anterior,

Secretário: Quando é que nós paranaenses vamos saber para onde vai o valor que não é recolhido, qual é o CNPJ? É a JBS quem está recebendo, é a Brasil Foods que está recebendo, é a Seara, são as grandes cooperativas? Porque há uma distorção muito grande. Temos o produtor agroecológico, o pequeno produtor rural, esse tem pouquíssimo incentivo e não é de hoje e nem é só no Paraná, é no Brasil inteiro, pouquíssimo incentivo, enquanto o grande, agora inclusive com todo este processo que estamos vivendo de um superpreço de soja, acaba tendo incentivos que distorcem o mercado. Quando falo para que tenhamos uma redução no custo do combustível ele não vai para o transportador individual, ele vai para as grandes frotas. E em um Estado que se diz liberal, pelo menos na teoria liberal, o Estado que é liberal não pode usar dinheiro do contribuinte para beneficiar determinados segmentos. E como o senhor mesmo falou que, às vezes, levam 20, 30, 40 anos, e que o dia que tirar diz o seguinte: *Tiro a planta daqui e levo para Argentina*. Então, estamos na verdade criando um círculo vicioso, onde as empresas continuam recebendo um benefício que não lhes é mais devido, a população paga por isso, e com essa população que paga por isso temos médicos no período de Covid que hoje estão saindo do Estado, professores que estão saindo do Estado, pesquisadores que estão saindo do Estado, e que precisamos deles. Acredito que precisamos muito mais de médicos, professores, policiais, do que 15 bilhões para fazer com que essas empresas permaneçam aqui, com centenas de bilhões de lucro.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: O senhor desculpe se não respondi à pergunta, é porque a abertura ao livro de CNPJ não é permitida por conta do sigilo fiscal. O que pudermos fazer realmente é por setor, e durante o setor... é, mas é por ordem de ação judicial, por decisão judicial.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Perdão, Sr. Presidente, outros estados fazem. O senhor coloca que é só por ordem judicial?

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Só por ordem judicial.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Então, vamos providenciar para que por ordem judicial possamos buscar esse entendimento.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: No caso do Rio de Janeiro e de Alagoas faz, mas é por ordem judicial. O Ministério Público entrou com um pedido e a decisão do Tribunal foi que houvesse a abertura, mas por conta, no caso do Rio de Janeiro, por conta dos escândalos que ocorreram na concessão.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): É uma boa dica, Sr. Secretário.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Na concessão. Só por ordem judicial. Agora, do ponto de vista objetivo, desde que vim para cá, sempre debati a questão da necessidade da revisão dos benefícios, da necessidade da transparência. Agora, não só são grandes empresas que são beneficiárias não. Vamos falar a verdade. O programa *Leite das Crianças* é para atender a pequenos produtores de leite. Está certo? Não é para outro objetivo. Está certo? A questão... Temos outro setor, fortemente exportador de resíduos de frango, que também é fortemente beneficiado por benefícios. Por quê? Por conta do crédito de exportação. Então, não são só grandes empresas. Grandes empresas sem dúvida nenhuma. Aliás, Deputado, o Brasil é um capitalismo muito estranho, que é o capitalismo sem risco. O empresário ele divide, ele vem operar no Brasil, aí consegue benefício fiscal por parte da União com efeito nos estados, entra nessa guerra surda e terrível que é a guerra fiscal em outros estados, da qual se você não me conceder aqui ultrapasso a fronteira. É o caso de Santa Catarina com o Paraná. Santa Catarina provoca uma política suicida em termos de benefício fiscal, com o objetivo de criar um ambiente onde ela possa vender para mercados consumidores mais elevados, que é o caso de Paraná e São Paulo. Então, não necessariamente estamos falando de políticas simétricas, mas é uma questão de vou lhe dizer, fora a minha disposição de rever esse ato, todo dia recebo uma carta desaforada de alguma atividade econômica, de algum setor da economia, por conta da instituição dos 12% de contribuição, todos os dias. Algumas chegam a ser até patéticas por conta da fragilidade da argumentação e também sei que

sou, por isso mesmo, uma espécie de um inimigo público de algumas atividades econômicas. Certamente, se puderem escolher por me tirar e preservar os benefícios fariam. Está certo? Felizmente, o Governador tem visão histórica e consegue...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): E não reflete no preço, não é, Sr. Secretário?

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: É, não, não! É porque isso tem incorporado na avaliação de risco do investimento. Eles acham que esse risco deve ser minimizado pelo Estado, mas, também, o Governo Federal também, o Governo Federal é a mesma coisa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Evandro.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSC): Boa tarde, Secretário Renê, Presidente, nobres Deputados e Deputadas. Primeiro cumprimentá-lo pela apresentação e a explanação feita, sempre se preocupando em mostrar a conjuntura nacional, enfim, internacional, e aquilo que pode repercutir no nosso Estado. Não quero ser repetitivo, Secretário, mas também quero tratar do tema dos benefícios fiscais e dizer que estou convencido de que esse tema não deixará mais a pauta da Assembleia, seja em um ano eleitoral, seja durante as eleições e após as eleições também. Vamos ter que cada vez mais falar disso. E quero dizer, inclusive, que V.Ex.^a tem um papel fundamental nesse assunto, porque V.Ex.^a apresentou os números reais de benefícios. E quero até que V.Ex.^a, no final, depois responda: no Governo do Governador Ratinho Junior, o que foi o incremento de benefícios fiscais que foram concedidos neste período? Porque até ouvi a afirmação do Deputado Tadeu dizendo: era 11, era 12, agora é 15, 17 e tal. Isso me parece que essa distorção toda é fruto de uma metodologia da apresentação dos números em relação aos benefícios. Primeiro, acho que isso precisa ficar muito claro, porque senão esse debate chega à Base dizendo assim: *Olha, o Governo do Estado concedeu mais 3, 4 bi de benefícios fiscais.* E me parece que isso não corresponde à realidade. Então, gostaria que V.Ex.^a deixasse isso claro. Mas

entendo que precisamos criar mecanismos de dar transparência a isso e cada vez mais termos os mecanismos de revisão desses benefícios, porque não é possível que não tenhamos, depois de um tempo, o desmame. Essa palavra que ficou tão mais conhecida agora no período da doença inclusive, o desmame de setores que possam obviamente deixar de ter certos benefícios. Então, acho que quando tivermos a abertura mais clara, seja por setor, e o ideal é que realmente seja por CNPJ, podemos fazer um debate mais clarificado acerca desse assunto, porque tenho certeza de que esse também é o interesse de V.Ex.^a e do próprio Governo, que já herdou uma práxis aí de concessão de benefícios na ordem que temos. E, depois, só queria tirar uma dúvida, porque vimos uma decisão que o STF tomou no final do ano, em relação aos limites de cobrança de ICMS de energia elétrica e de telecomunicações, que passou a ser da ordem de 17%. Não sei como que isso ficou, qual a repercussão, como é que está esse assunto, se V.Ex.^a puder clarificar para nós, agradeço. Obrigado, Secretário e parabéns pela apresentação!

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Obrigado! Muito obrigado! Deputado, vou lhe dizer: a questão envolvendo, é problema de metodologia. Quando aqui cheguei, a metodologia era... não existia metodologia para análise de benefícios fiscais. Então, estamos sendo hoje cobrados por uma questão de transparência e de sucesso em conseguir implementar essa política. Em vez de receber críticas, porque estamos dando benefícios fiscais exacerbados, é analisar friamente, por exemplo, qual o foi número concedido nesse período. Posso lhe dizer que não chegou a R\$ 500 milhões esse período, esses quatro anos. Posso lhe dizer isso. Agora, o seguinte: a metodologia mudou porque, por exemplo, se considerava e se considera ainda que a base tributária incidente sobre as empresas de MEI ela seja integralmente lançada como benefício fiscal. Agora, recentemente, o Congresso Nacional decidiu por retirar como benefício fiscal. Isso aí dá R\$ 3 bilhões e 800 milhões de impacto sobre o total de benefícios fiscais. Então, vamos ter que fazer a revisão. Então, aparentemente, vai aparecer lá uma redução de benefício, mas não é. É simplesmente porque a metodologia considerava como benefício a questão do regime tributário alternativo. Com relação à questão da transparência, vou lhe dizer o seguinte: eu tinha 29 anos quando fui indicado pelo

Presidente Collor para ser Diretor da Distribuição de Valores Mobiliários. Quando lá cheguei, tinha uma proposta que foi fortemente rechaçada pelos empresários, que era obrigar que o balanço da empresa tivesse dois componentes. Primeiro, assim como tem os impostos diretos e indiretos pagos pela empresa, tivessem os benefícios, os subsídios cruzados, para poder você mensurar, por exemplo, naquela época, o setor de cimento era fortemente subsidiado, sendo que o cimento, como todo mundo sabe, é altamente poluente. Então, na verdade, tínhamos um benefício para poder poluir. Assim também como defendi depois, posteriormente, a questão do balanço ambiental e que colocasse, aparecesse no balanço a dívida ambiental da companhia, para que os investidores tivessem uma noção muito clara, que agora está sendo aprovado. A ESG nada mais é do que isso. Está certo? Então, há 32 anos que defendo transparência. Está certo? Se tivesse aprovado a minha proposta lá, se os empresários não tivessem agido contra, hoje não teríamos esse problema. Está certo? E com relação à definitividade de combustíveis e energia elétrica, que foi a posição do Supremo Tribunal Federal dizendo que a alíquota deve ser uma alíquota modal, ou seja, não pode ter um diferencial de alíquota, isso impacta no Paraná em alguma coisa como R\$ 5,5 bilhões. Então, em 2024, vamos perder R\$ 5,5 bilhões. Então, o senhor já imagina qual é o estrago que será gerado. Está certo?

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSC): Agradeço, Secretário. Não sei, mas acho que o Paraná poderia inovar se mostrássemos para a sociedade, e esse é um desafio que V.Ex.^a sei que tem, porque já ouvi de V.Ex.^a essa intenção de cada vez deixar o processo ainda mais transparente ou mais transparente, se tivéssemos um mecanismo de fazer revisão nesses números e apresentássemos à sociedade todos os anos, como temos que prestar contas aqui na Assembleia trimestralmente, pelo menos uma vez por ano apresentássemos à sociedade a revisão, obviamente algo que pudesse fazer sentido em relação aos benefícios. Então, assim, esse é um tema que, na minha opinião, no momento que vivemos e que a sociedade clama cada vez mais por transparência, não teremos como abrir mão, mas muito obrigado mais uma vez!

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Por nada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próxima oradora, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Senhor Presidente, Deputadas. Ouve-me, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Estou ouvindo, sim, Deputada.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Senhor Secretário, boa tarde a todos novamente! Também quero entrar nessa questão dos benefícios fiscais, Secretário, mais especificamente em uma demanda que chegou a mim no início do ano. No ano passado, aprovamos aqui na Assembleia um Projeto de Lei que beneficiou uma alíquota diferenciada às vinícolas do Estado, alíquota de ICMS às vinícolas do Estado. Inclusive, na época, se não me engano, foi o Deputado Requião Filho que apresentou uma emenda para incluir as microcervejarias do Estado, que sabemos que são muitas, também se não me engano são 200 no Estado do Paraná, e essa emenda acabou sendo rejeitada. Então, a minha pergunta vem no sentido de saber se o Estado, especificamente a Fazenda, tem alguma projeção de enviar algum projeto nesse sentido, semelhante, para beneficiar também esse grupo de microempresários aqui do Estado, porque me parece que existem mais microcervejarias do que vinícolas aqui no Paraná. E digo isso também porque, se não me engano, salvo engano, a Liderança se comprometeu inclusive a levar justamente esse pedido para o senhor, Secretário. E em relação a esses 15 bilhões de renúncia fiscal, que foi aprovada no ano passado, inclusive votei favorável justamente, não sou contra porque acho que ajuda as empresas deste Estado, gostaria de saber especificamente se pequenos e microempresários foram contemplados e dentre esses qual seria o montante então dessa renúncia fiscal para esse grupo aí de micro e pequenos empresários do Estado, Secretário. Era isso.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Obrigado, Deputada Mabel! Na verdade, é o seguinte: o regime tributário das pequenas cervejarias já é diferenciado, já tem uma alíquota mais baixa pelo próprio regimento. Não precisa ter uma lei específica sobre isso. Ela já tem um sistema tributário bastante benéfico. Com relação à evolução do crescimento em incentivos para pequenas e médias empresas, o simples paranaense já é o melhor simples do Brasil, é o que tem a menor alíquota no Brasil, 4.2, e ainda tem o maior valor de corte. E isso representa alguma coisa pela contabilidade, levando em consideração como esse regime tributário sendo regime tributário como sendo um benefício, de R\$ 3 bilhões e 600 milhões para as pequenas e médias empresas do Paraná. Já é bastante expressivo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada Mabel, está satisfeita?

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Só gostaria de retornar a pergunta, não é? Existe algum projeto, alguma coisa para beneficiar as microcervejarias do Estado, algum programa do Governo, alguma ideia do Governo para esse setor específico? Obrigado, Secretário!

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Não precisa um Projeto de Lei porque já tem um regime tributário diferenciado no âmbito no Paraná Competitivo. Já tem um benefício concedido já. Basta que se credencie lá na Secretaria da Fazenda e terá o benefício fiscal.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok, Deputada? Próximo Parlamentar a questionar, Deputado Gugu Bueno. Só um minuto, o Secretário precisa ir ao *toalete*. Enquanto isso, registro a presença aqui na Casa dos Vereadores de Ibiporã, Sr.^o Augusto Semprebom e Rafael Eik Ferreira, por solicitação do Deputado Evandro Araújo. Sejam bem-vindos aqui à Casa! Sempre informando, Sr.^o Deputados e Deputadas, que a Sessão Ordinária de amanhã é no horário das 9h30.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Pronto, Gugu.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): Bom, quero, em nome da Liderança do Governo, cumprimentar nosso Secretário Renê, cumprimentar toda equipe da Sefa, não só pela brilhante explanação muito objetiva, muito clara, passando um cenário do ontem, do hoje e um possível cenário do amanhã, no Paraná, no Brasil e no mundo. Então, parabéns, Secretário! Mas quero, acima de tudo, não só parabenizar pela explanação, mas pelo trabalho, pelos números apresentados. Sabemos que a Sefa, muitas vezes, é o *patinho feio* do Governo. Quando inauguramos uma escola, quando inauguramos um hospital, um ginásio, ninguém lembra da Sefa ou do Secretário da Fazenda, mas quando tem um “*não*”, o “*não*” geralmente vem por causa do Secretário da Fazenda. Mas é evidente que esses bons números apresentados são para mim, e acredito que para todos nós Deputados, motivo de orgulho. Atravessamos uma pandemia, atravessamos a maior crise hídrica da história do Paraná e chegamos ao final de 2021 com bons números. Então, vejo como algo positivo, algo a ser comemorado e demonstra, evidentemente, que isso é fruto de muita seriedade e muita responsabilidade do nosso Governador Ratinho Junior, logicamente com o conjunto de seus Secretários, principalmente a Secretaria da Fazenda. Então, fica aqui o registro dos nossos cumprimentos pelo brilhante trabalho e o agradecimento do povo do Paraná por toda essa responsabilidade. Mas termino a minha participação, Secretário, fazendo uma pergunta muito singela. Sabemos que tivemos uma grande crise, uma grande queda, quebra na safra 2021/2022. Sabemos da importância do agronegócio no PIB paranaense, algo em torno de 30%. E a pergunta que faço se já há alguma expectativa, há alguns números do impacto dessa quebra que, aparentemente, chega em torno de 45 a 50% da nossa safra, nos números da economia do Estado do Paraná? Se já podemos falar de alguns desses números e da importância desses números de retomarmos evidentemente a nossa atenção com a economia do Paraná. Obrigado, Secretário.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Muito obrigado. Olha, o Brasil deve enfrentar um crescimento entre 0,5 positivo e – 0,5 negativo. A quebra da safra no agronegócio pode vir a representar, no Brasil representa 9% do PIB, alguma coisa como 15%. Então, pode representar um incremento na redução do PIB entre 0,3%

e 0,4%. Pode representar ao longo do ano. Então, o Paraná teve um crescimento inferior à média do Brasil, se tudo mais constante. Claro se a atividade industrial recuperar, melhorar e o setor de serviços também. Em termos de arrecadação nem representa um risco muito grande, porque se sabe que o setor é exportador, então não gera créditos. Gera créditos contra o Estado. O que podemos verificar que tem efeitos indiretos, sob o nível de consumo das famílias, sob o nível de consumo dos produtores, como a compra de tratores, caminhões acaba tendo impacto negativo que em última análise impacta sobre a receita. Então, isso vai contribuir para que o PIB do Paraná tenha um crescimento inferior à média nacional.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Último Parlamentar inscrito, Deputado Anibelli Neto.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Boa tarde, Presidente Traiano, Secretário Renê, feliz pelo seu pronto restabelecimento. Soubemos do Covid, que não foi fácil, mas faz parte dos desafios que todos temos que enfrentar. A minha pergunta, até parafraseando o meu amigo Deputado Gugu Bueno que diz que no final do ano as contas estavam em dia, a perspectiva do ano seguinte, que no caso é 2022, com muita positividade, apesar dessa queda na safra 50%, mas o agro e todos os agricultores agropecuaristas terão condições de retomar, porque tem uma frase que diz sete, oito anos se colhe bem e um ou dois a coisa não dá certo. E faz parte dos desafios que temos que fazer. Mas a minha pergunta, até subi à tribuna na semana passada, solicitando a sensibilidade do Governador a respeito do Decreto n.º 9.810, Decreto que foi feito em dezembro do ano passado, onde existe uma perspectiva de cobrar 12% sobre o crédito presumido de 37 segmentos, 37 cadeias produtivas. Muitas dessas cadeias que têm muitos empregos e que, neste momento, e ainda final de pandemia, entendo eu e acredito que todos os paranaenses, todas as pessoas que entendem um pouco desse setor, seria extremamente temerário. Por esse motivo pedimos a sensibilidade do Governador para que possa rever esse conceito. E acredito que, por meio de V.Ex.^a, que possa revogar esse decreto, porque entendemos que

neste momento não é o ideal você pegar e dar essa mordida de 12% em 37 segmentos, sob a justificativa de que, talvez, imaginasse no mês de dezembro, e aí seria legítimo, que a arrecadação iria diminuir, que os casos de Covid iriam aumentar e que a perspectiva da questão econômica do Estado do Paraná não estaria em boas condições, ao contrário do que temos visto, inclusive, por essa apresentação. Por isso, meu amigo Secretário Renê, gostaria de saber a sua opinião no final de fevereiro a respeito desse decreto, que foi feito dia 14 de dezembro do ano passado, o Decreto n.º 9.810. Muito obrigado.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Vaja bem, a minha apresentação aqui é o olhar pelo retrovisor. É o que passou. É como olhar para o céu. No céu estamos vendo o que aconteceu no universo alguns bilhões de anos atrás. Aquilo não existe. Aquilo já acabou há muito tempo. É uma ilusão. A mesma coisa com relação ao fluxo de arrecadação para 2022. Fui muito claro que será um ano de incertezas, de fortes incertezas. Olha só, Deputado, o meu problema aqui. Porque uma parte razoável da sociedade paranaense conclama pela transparência dos benefícios fiscais e pela revisão de benefícios fiscais. Concorda? Acho que somos quase que unanimidade no Paraná, que é necessário rever privilégios. Não se estabelece uma sociedade igualitária justa com a questão da manutenção de privilégios. São privilégios que são obtidos por vários setores da economia há 20, 30 anos, que não se justificam. E, principalmente, quando a justificativa é que o negócio pode estar em uma fase crítica no momento, mas ele é fortemente exportador. A cotação do dólar apresenta momentos com recordes como nunca antes na história. Então, a revisão do decreto, na minha concepção podem ser feito ajustes pontuais no que diz respeito a alguns setores que realmente podem ter a questão de geração de empregos. Mas, na sua concepção, na sua formatação, na sua ideologia, ela é adequada. Ele tem que fazer uma revisão na questão de benefícios fiscais. Ela vai fazer uma taxa de contribuição que acho que é suportável pelo setor, que tanto recebeu. Estamos falando de benefícios na faixa aí, para cada investimento no Estado, de três, quatro, cinco vezes o valor foi aferido em benefício fiscal. Acho que a sociedade paranaense não só merece transparência, como merece, de alguma forma, que isso se reverta. Acho que não

é justificado. Vivemos em uma democracia. Privilégios são acirramentos de contradições dentro da democracia inaceitáveis. E o seguinte, e os setores, na minha avaliação, na sua grande maioria, têm plena condições de estabelecer essa taxa de contribuição, até porque ela vai se reverter em quê? Vai se reverter em dinheiro para os municípios, porque está lá, 25% vão para os municípios, em dinheiro para educação, saúde e segurança pública, para fazer frente aos projetos sociais. Não será desperdiçado. Vai ser feito, justamente, para atender às necessidades correntes e o déficit que estava apresentado no novo orçamento do Estado. É isso.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Entendo o seu raciocínio e acho louvável a questão da transparência, a questão, de repente, de cobrar de alguns setores que estão sendo beneficiados. Mas, então, já que dentro desse princípio da transparência se faz em todos, inclusive fiz questão de ressaltar, ou faz para alguns, ou se faz uma previsão daqui tanto tempo vai ser feito dessa forma, no ano seguinte, ou para todos. Acho que seria algo mais correto. Aqui fazemos o mesmo pedido que fiz lá na tribuna para o Governador, faço para Vossa Excelência, porque acho que não há necessidade de se fazer neste momento. Ou, sim, mais para frente, combinando com todos os atores: *Oh, a partir do ano que vem vai acontecer essa situação.* Porque daí existe uma perspectiva de se reorganizar, de se preparar para fazer o enfrentamento na hora certa.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Foi dado o prazo de 90 dias para adequação. E também o seguinte, estou esperando, até agora não recebi nenhum trabalho técnico razoável que mostrasse que a incidência dessa contribuição...

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Foi solicitado isso?

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Foi solicitado e ninguém apresentou até hoje. Ninguém apresentou. Muita carta desaforada. Agora, conteúdo até agora não vi. Estou disposto a analisar com cuidado, com atenção e verificar se realmente houver alguma distorção locativa por parte do Funrep, teremos o maior prazer de revê-lo. Agora, não é com carta desaforada, com *lobby*, com trama por

trás contra a minha pessoa que vão resolver essa questão. Não faz parte da democracia a trama. A trama não é correta. Se quiserem discutir do ponto de vista técnico e objetivo, estou aberto. Agora, trama, vodu, fazendo caveirinha com a minha cara, não vão fazer não.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Secretário, acho louvável. Isso só exalta a sua biografia. Agora, entendemos que podemos colaborar, discutir e tendo sempre o bom senso, porque sabemos quando acontece esse tipo de coisa onde estoura, estoura no desemprego, estoura em diminuir salário. Isso é muito complicado. Então, tem que ter esse bom senso para que as coisas possam, efetivamente, acontecer. Valeu.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Ok, meu querido.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Já havia anunciado o último Parlamentar e agora, definitivamente, as inscrições estão encerradas. O Deputado Arilson é o último a falar.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Olá, meu bom amigo, como você vai?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Tudo bem e o senhor? Boa tarde ao senhor e a todos que compõem o Plenário. Secretário, o Paraná historicamente tem um desempenho econômico superior à média nacional, mas em 2021 a atividade econômica do Paraná foi inferior à média nacional. O senhor atribuiu o mau desempenho à estiagem e à falta de insumos na indústria. O que são verdadeiros, prejudicaram o cenário econômico. Ocorre também, Secretário, o senhor mostrou que a indústria foi o único setor da economia paranaense que cresceu. O que caiu foi o comércio e o serviço. Outro ponto crítico apresentado por V.Ex.^a é que a queda da massa salarial foi também aguda. Ainda que o desemprego tenha diminuído de 10,5% para 8%, quando comparado os mesmos trimestres de 2020, 2021, a massa de salário sofreu também redução. Queda da massa salarial com a inflação elevada que vivemos nesses dias de Governo Bolsonaro faça que haja uma queda no padrão de vida da população do Brasil,

obviamente, do paranaense. A pergunta que quero fazer a V.Ex.^a, o senhor não acha que esse mau desempenho da economia paranaense tem relação direta com alguns erros do Governo Estadual, como a renúncia fiscal em grande escala para poucos da economia paranaense? Ou a opção tomada pelo Governo em priorizar algumas áreas em detrimento de outras e faltar com investimentos à microempresários como subsídios que ocorriam no passado? Ou um programa para conter a força da estiagem aos pequenos produtores do Estado neste momento influencia direto nesse resultado?

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Olha, o fato é que a região Sul do Brasil apresentou uma taxa de crescimento expressiva. E o fato de o Paraná ter um crescimento modesto, pequenamente modesto em relação ao Brasil, deve-se, em grande parte, a meu ver, à questão envolvendo a deterioração do consumo das famílias, sem dúvida nenhuma, e o impacto sobre o consumo geral. Mas repara, ao logo de todo período da pandemia, o Paraná teve um desempenho bastante superior que a média brasileira. Agora, o seguinte, todos temos que nos preparar, vamos entrar em 2022 em um ano de forte turbulência. A economia brasileira vai passar por um momento difícil, muito difícil, dada essa natureza com a política monetária que está elaborada, vamos ter uma redução do PIB, que vai afetar todos os setores. Não saberia lhe dizer quais são os erros cometidos pela política do Governo, porque acho que fizemos tudo que foi possível para tentar minimizar os efeitos, seja na questão de prevenção aos acidentes naturais, seja na questão de que criamos o auxílio emergencial para os vários setores da economia que passaram por dificuldades. Criamos o auxílio alimentação que consumiu R\$ 150 milhões em 2020. Está consumindo outros R\$ 100 milhões em 2022. Então, tentamos minimizar de todas as formas possíveis. Os programas sociais do Governo são bastante efetivos, são extremamente consistentes e coerentes. Não acho que as críticas sejam incorretas, só acho que a intensidade delas não correspondem, a meu ver, à realidade dos fatos, porque muito foi feito para tentar minimizar os impactos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Arilson, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, caímos em uma questão de opinião de viés político-econômico. Ele tem uma opinião, obviamente, até pela condução da pergunta que fiz, tenho outra, mas agradeço a resposta. Se o senhor me permitir, Secretário, vou encaminhar para V.Ex.^a umas ideias que temos enquanto bancada, de alguns pontos que podem ajudar na retomada da economia do Estado, visando algumas mudanças no orçamento. Claro, que é no sentido contributivo. Se o senhor me permitir encaminho para Vossa Excelência.

SECRETÁRIO RENÉ GARCIA JUNIOR: Claro que sim. Agora, lembre, o crescimento econômico está associado a gama de produtividade. Temos que incorporar a atividade econômica por setores produtivos que possam ter ganho de produtividade com relação à economia geral. Isso só virá por meio da inserção de novas tecnologias que possam, de alguma forma, ter valor agregado mais elevado. Crescimento a valor agregado. Temos que treinar mais a mão de obra, tornar essas mãos de obra mais especializadas e atrair empresas que envolvam tecnologias mais modernas que possam, de alguma forma, reproduzir o valor adicionado mais elevado, porque o Brasil está em um problema de ciclo econômico extremamente complexo. No Brasil, a participação da indústria no PIB caiu um terço do que era na década de 70. Hoje temos uma indústria pouco competitiva e sofrendo forte impacto da desindustrialização, da perda de mercados competitivos, tanto é que o Brasil voltou a ser um País majoritariamente portador de *comodities* agrícolas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Encerradas as perguntas, agradeço a presença do Secretário, pela sua fidalguia de sempre, e a toda a assessoria da Secretaria da Fazenda que aqui se fiz presente. Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para amanhã, quarta-feira, dia 23 de fevereiro de 2022, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei

n.^{os} 173/2021, 697/2021 e 740/2021; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 578/2020 e 531/2021 e do Projeto de Resolução n.^º 3/2022. **Assim sendo, declaro encerrada a presente Audiência Pública.**

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h24, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)